

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades: a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

138

The need for institutional policies for the cultural heritage of universities: the trajectory of the Federal University of Pernambuco in search of an effective policy

Anselmo Mendonça Júnior¹

DOI 10.26512/museologia.v13i26.53403

Resumo

Tanto as universidades quanto o patrimônio cultural vêm sofrendo demasiadamente com o asfixiamento financeiro decorrente do ideário neoliberal. Nessa conjuntura o patrimônio cultural universitário sofre com a ausência de políticas públicas. Isto posto, as universidades, amparadas na autonomia universitária, devem implementar suas próprias políticas institucionais. Neste sentido, compartilhamos a experiência da Universidade Federal de Pernambuco, que vem numa trajetória que aponta para a implementação de uma política para o seu patrimônio. Trajetória esta que se inicia com articulações para que o patrimônio conste nos principais documentos da Universidade e tem avançado para fases mais concretas, tendo como iniciativa mais recente a criação da Rede de Museus. Por fim, salientamos que é uma luta árdua, sobretudo em função da falta de recursos financeiros, porém necessária para a preservação de importantíssimo patrimônio presente nos diversos campi universitários do Brasil.

Palavras-chave

universidade pública; patrimônio cultural universitário; políticas públicas; política institucional; rede de museus.

Abstract

Both universities and cultural heritage have suffered greatly from the financial suffocation resulting from neoliberal ideas. At this juncture, university cultural heritage suffers from the absence of public policies. That said, universities, supported by university autonomy, must implement their own institutional policies. In this sense, we share the experience of the Federal University of Pernambuco, which is on a trajectory that points to the implementation of a policy for its heritage. This trajectory begins with articulations so that heritage appears in the University's main documents and has advanced to more concrete phases, with the most recent initiative being the creation of the Museum Network. Finally, we emphasize that it is an arduous struggle, especially due to the lack of financial resources, but necessary for the preservation of the extremely important heritage present on the various university campuses in Brazil.

Keywords

public university; university cultural heritage; public policy; institutional policy; museum network.

¹ Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui graduações em Licenciatura Plena em História e Bacharelado em Administração Pública, ambas pela Universidade de Pernambuco (UPE). Técnico em Assuntos Educacionais da UFPE, vinculado à Diretoria de Patrimônio e Memória da Superintendência de Cultura desta Universidade. Foi o primeiro coordenador da Rede de Museus da UFPE.

Introdução

O atual contexto do nosso país tem sido desafiador, especialmente para os que prezam pela garantia do exercício dos direitos fundamentais e sociais, possíveis a partir da formulação e implementação de políticas públicas que tenham como preocupação setores como educação, cultura, saúde, previdência social, dentre outros. No entanto são justamente esses setores que têm sofrido com o subfinanciamento a partir do avanço do ideário neoliberal que, sob um discurso de um Estado ineficiente em virtude de uma máquina pública inchada, com despesas altas e descontroladas que inviabilizam os investimentos públicos, preza pela redução do Estado e de tais investimentos nas áreas sociais.

Muito embora o atual governo brasileiro venha demonstrando preocupação com a área social e se esforçando em recompor o financiamento estatal para esses setores, o prejuízo com o desmonte nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) foi de tamanha monta que se presume que uma recuperação plausível dos investimentos nas áreas de cunho social somente possa ocorrer a médio e longo prazo, isso se novos governos fortemente alinhados ao ideário neoliberal não consigam assumir o poder em curto e médio prazo, pois a História nos mostra o quão rápido e o quão volumoso é o desmonte de políticas sociais e o sufocamento financeiro dessas áreas.

Nesse cenário, as universidades brasileiras não escaparam à ofensiva governamental contra o serviço público. Ao contrário, a universidade pública foi um dos principais alvos dos ataques do governo Bolsonaro e de setores mais conservadores da sociedade brasileira. Tais ataques visaram atingir, por um lado, a autonomia e a credibilidade das universidades, via ações de deslegitimação de suas atividades e dos resultados por elas alcançados; e, por outro, o seu funcionamento, via asfixia financeira, ocasionada pelos intensos e contínuos cortes orçamentários/financeiros que comprometeram sobremaneira o desenvolvimento e o desempenho das atividades científicas e acadêmicas.

O que ocorreu no Brasil não é um fato isolado. Santos, Oliveira e Süsskind (2019) destacam que estamos passando por um ciclo conservador e reacionário, controlado pelo neoliberalismo, que não é senão o domínio total do capital financeiro, e que, nesse cenário, sempre que um governo partidário do ideal neoliberal assume o poder, quase que sem exceção o alvo preferido desse governo são as universidades públicas. Isso ocorre, segundo os autores, em virtude de dois fatores principais: o capitalismo universitário e a própria natureza da universidade pública de produção de conhecimento livre, crítico e independente (Santos, Oliveira, Süsskind, 2019, p. 3).

No primeiro fator, ao que Santos (2018) chama de capitalismo universitário, prevalece a “ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado, [...] devendo os conhecimentos gerados estarem voltados tão somente para as aplicações tecnológicas, industriais e de serviços, que gerem patentes e lucros”. Seguindo esse raciocínio, o capitalismo universitário se fundamenta na ideia de que as universidades devem: 1) se autofinanciar; 2) formar pessoal qualificado para com as exigências do mercado; 3) cobrar pelos seus serviços; e 4) a partir da ideia de que são pouco eficazes, devem ser administradas como empresas. Essa visão, segundo o autor, “retira da ciência sua capacidade de se aprofundar ao nível da ciência fundamental não aplicada”, o que praticamente a inviabiliza enquanto instituição voltada para o bem comum. Nesse sentido, o autor alerta que “a ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a universidade. Uma universidade que é sustentável

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades:
a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa” (Santos, 2018, p. 2).

O segundo fator que Santos identifica como causa para os ataques às universidades públicas é que estas têm como uma de suas características a produção de um conhecimento livre, crítico e independente; e o conhecimento produzido com estas características não convive harmonicamente com o modelo político e econômico impulsionado pelo neoliberalismo na medida que este é um modelo autoritário, que não admite alternativas para seu projeto (Santos, 2019, p. 3). Nesse contexto, as universidades públicas, ao produzirem conhecimento livre, crítico e independente, questiona justamente esse autoritarismo, o que leva os governos mais alinhados ao projeto neoliberal a serem mais hostis em relação às universidades públicas e ao conhecimento por elas produzido.

Em momentos como estes, novas estratégias de resistência – e de resiliência – precisam ser traçadas pelas universidades no sentido de se afirmarem e reafirmarem enquanto instituições legítimas de produção e reprodução de conhecimentos que não estejam apenas voltados para o interesse do mercado, mas, sobretudo, que visem o bem comum.

Dentre as estratégias de afirmação e reafirmação de sua legitimidade, a universidade pública tem como alternativa, dentre tantas outras, lançar mão dos símbolos que referenciam a sua identidade. Nesse sentido, o patrimônio cultural universitário configura-se como elemento de grande potencial para fazer lembrar à sociedade, levando-a a refletir acerca da importância da instituição universitária em seus desenvolvimentos e cotidianos, nos mais diversos tempos e espaços (Mendonça Júnior, 2020, p. 18).

Ao falar de patrimônio cultural, inevitavelmente estamos falando de relações de força e de poder nas quais os agentes sociais encontram-se em disputas pelo monopólio tanto da definição legítima de patrimônio cultural quanto dos critérios a serem estabelecidos e que serão levados em consideração nos processos de patrimonialização. Segundo Bourdieu (2015, p. 108), “todo ato de produção cultural implica na afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural”, assim, no que se refere ao patrimônio cultural, estamos diante de um processo de escolhas em que agentes disputam a legitimidade de estabelecer os critérios e de selecionar, dentre os bens existentes, aqueles que serão patrimonializados, ou seja, aqueles que receberão a chancela, o *status* de bem cultural pertencente a um rol seletivo de bens – o patrimônio cultural. Passam assim a ser representativos de uma identidade relativa a uma determinada coletividade em determinado período histórico.

Falar de patrimônio cultural significa então falar de todo um conjunto de bens, em seus aspectos materiais e imateriais, que é produto de uma seleção realizada por agentes dotados de autoridade, de legitimidade para realizá-la. Assim, de acordo com Granato, Ribeiro e Araújo (2018), os bens que constituem o patrimônio cultural foram escolhidos porque a eles foram atribuídos valores, que podem ser muitos e variados (histórico, científico, artístico, afetivo...), numa atividade imersa na dimensão da subjetividade, com todas as imprecisões que a isso estão normalmente relacionadas (Granato; Ribeiro; Araújo, 2018, p. 204). O patrimônio cultural construído e constituído no âmbito das universidades não escapa a esse processo de disputas pela legitimidade de atribuir valor aos bens e selecioná-los para compor o patrimônio cultural universitário.

Como já observado, o patrimônio cultural universitário, dentre tantas outras funções, fundamentalmente exerce uma função política específica que objetiva construir um discurso legítimo acerca e em defesa do trabalho das

universidades que, por suas vezes, também têm a pretensão de se constituírem como instituições legítimas de produtoras e reprodutoras do conhecimento científico.

O conhecimento científico, por sua vez, foi legitimado através do processo de colonialidade do saber como o único válido; e a universidade moderna, ao reivindicar a legitimidade e o monopólio da produção e reprodução deste conhecimento legítimo, estabelece práticas e métodos específicos de se produzir e reproduzir o conhecimento. Nesse sentido, Lira (2012) aponta que:

a universidade é marcada por saberes e discursos vivos e por natureza atualizáveis, vinculados a determinados processos de trabalho, sempre parciais, e não meramente a seus produtos acabados. Conhecimentos distintos também por seus modos de produção e de transmissão, por sua constante transformação e revisão, mais que por sua conservação; conhecimentos, em suma, sempre recriados, coletiva ou individualmente, e abertos ao questionamento, à crítica, à criação (Lira, 2012, p. 25-26).

A produção do conhecimento científico obedece, assim, a alguns processos específicos que distingue esse tipo de conhecimento dos demais. Distinção esta entendida como hierarquia entre o conhecimento que é válido – o que passou pelo processo de produção científica; e o não válido – o que não passou pelo processo de produção científica. Nesse sentido, todos os demais tipos de conhecimento que não o científico – na perspectiva da modernidade e da colonialidade do saber – tendem a ser marginalizados, não aceitos, considerados como não válidos. Dessa forma, entendo que as especificidades presentes no processo de produção e reprodução do conhecimento científico estão inseridas em um campo de disputas pela hegemonia e monopólio da produção desse conhecimento, e são estabelecidas no sentido de garantir e perpetuar tanto a hegemonia do conhecimento científico quanto a hegemonia da universidade enquanto produtora e reprodutora desse conhecimento. Sobre essas especificidades, Lira (2012) faz as seguintes considerações acerca da universidade:

uma instituição marcada por formas e rituais de ingresso, titulação, reconhecimento, promoção, convívio, aglutinação e gestão da vida associativa; por modos de estar no espaço, de ocupar os ambientes de ensino e de pesquisa, por determinados procedimentos, comportamentos e gestos a eles associados; à qual se associam ainda determinados modos de fazer, valores e direitos: formas de leitura, comentário e discussão, performances orais como a aula, a leitura em voz alta, a disputa, a conferência, o seminário, a arguição, a orientação; práticas de escrita muito particulares, tratados, sistemas, compêndios, vocabulários, manuais, apostilas, projetos e protocolos de pesquisa, artigos acadêmicos, comunicações científicas, dissertações, teses; modos de pensar e de criar, por meio da pesquisa, da teoria, do método, da simulação, da demonstração etc. E por maneiras de se definir como sujeito da ciência, e o outro, ou a si mesma, como objeto de conhecimento, de sair de seu universo de referência, de viajar ou ir “a campo”, de definir o campo e conceber o universo de pesquisa, relacionando-se com ele. [...] Uma instituição que bem ou mal supõe o desprendimento e a ponderação acerca das ideias contemporâneas, em princípio intelectualmente construtiva e aberta a qualquer pessoa capaz de dedicar-lhe seu tempo (Lira, 2012, p. 26).

Os discursos em torno das especificidades da universidade enquanto produtora e reprodutora de conhecimento, da evolução dos métodos e técnicas para a produção desse conhecimento, da sua importância para o cotidiano das sociedades etc., terminam por se configurar em estratégias pela legitimação

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades:
a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

da necessidade de constituição de um patrimônio cultural universitário que cumpra a função de preservar e reproduzir essas especificidades da universidade, reforçando assim o processo de pretensão da universidade à monopolização da produção do conhecimento legítimo.

Dessa forma, uma questão central que se impõe se refere à construção de um conceito específico de patrimônio cultural universitário. Ora, se as universidades são caracterizadas por práticas culturais específicas que as distinguem de outras instituições, o patrimônio cultural universitário irá se caracterizar como sendo a representação simbólica dessas expressões culturais, resultado dos processos de seleção dos bens culturais “dignos” de patrimonialização.

Ao dotar esses bens de uma nova qualidade – agora são bens culturais – a comunidade universitária não só cria um sistema que simbolize sua identidade, mas, mais que isso, no momento que a universidade se configura em um espaço privilegiado de produção e reprodução do conhecimento hegemônico – o conhecimento científico, o patrimônio a ser constituído terá também a função de afirmar uma identidade universitária também hegemônica, distinta das demais. Dessa forma, a reflexão sobre essa categoria de patrimônio prescinde em relacioná-la com as especificidades da instituição universitária a qual ela está vinculada, e em relacioná-la com a pretensão da universidade em se afirmar enquanto instituição legítima de um conhecimento hegemônico. Assim, de acordo com Lira (2012):

Refletir sobre a especificidade sociocultural da universidade, assim como das práticas intelectuais com as quais ela opera, seu lugar na vida pública e entre as outras formas de cultura ditas não científicas, talvez possa contribuir para a reflexão em torno dos suportes de um tal patrimônio universitário e em suas distinções relativas aos habitualmente considerados em outras esferas de preservação dos bens culturais (Lira, 2012, p. 27).

O patrimônio cultural universitário, enquanto tal, está assim diretamente relacionado com as práticas universitárias em todas as suas especificidades, práticas essas voltadas tanto para a produção como para a reprodução do conhecimento científico, que tem a pretensão de ser o único legítimo. Nesse caso, nosso entendimento é que não basta que o bem esteja sob a tutela da universidade, mas que os significados, as referências culturais que foram atribuídas a este bem remetam às práticas específicas que fazem da universidade um espaço com suas singularidades que a diferenciam de outras instituições sociais. Nesse sentido, é importante registrar o entendimento da Universidade de São Paulo (USP) acerca do que seja o patrimônio cultural universitário, entendimento este constante em documento denominado Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo:

O patrimônio cultural da Universidade de São Paulo abrange o conjunto de bens de natureza tangível ou intangível que façam referência às práticas culturais, à memória e a ação dos vários grupos formadores da Universidade. Os bens culturais acima referidos constituem-se na medida em que seletivamente se atribuem a eles, por parte dos vários grupos formadores da Universidade, valores, sentidos e significados variados (USP, 2017).

É, então, a relação com a experiência universitária que justifica a atuação das universidades no sentido de legitimar os seus respectivos patrimônios e, através destes, legitimar também o trabalho de produção de conhecimento desenvolvido pelas universidades. Nesse sentido, Torres (2017) explica que:

O patrimônio cultural universitário é, na nossa opinião, o conjunto de bens materiais e imateriais que testemunham o papel da Universidade como atividade humana. É, portanto, provável que contenha sinais tanto da sua história institucional particular, em alguns casos com séculos de idade, como de processos culturais, políticos e científicos substantivos na evolução histórica regional, nacional ou global. Esta “Torre de Babel” encontra a sua lógica interna e coerência na profunda relação que diversos bens encontram com a história institucional e nessa muito útil condição “dual”, “fronteira” se preferirem, constantemente associada aos valores patrimoniais universitários (Torres, 2017, p. 66)².

Um bom exemplo dessa relação é encontrado em uma categoria de patrimônio que está fortemente associada à experiência universitária: o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. Ao tratarem dessa categoria, Granato e Lourenço (2010) afirmam que

se incluem nesse conjunto de bens, além dos objetos da ciência e técnica, todos aqueles conjuntos de itens que foram utilizados em pesquisa científica ou de desenvolvimento tecnológico. Assim, devem ser consideradas como parte desse patrimônio as coleções arqueológicas, etnográficas e das ciências biológicas e da terra, nomeadamente mineralógicas, geológicas, botânicas, zoológicas e paleontológicas utilizadas para esse fim. Enfim, estamos no âmbito daqueles conjuntos de objetos, no amplo sentido do termo, que foram utilizados para produzir ciência e desenvolvimento tecnológico e que foram gerados a partir desses processos. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas funcionais produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos, por exemplo, laboratórios, grandes equipamentos, observatórios astronômicos, etc. (Granato; Lourenço, 2010, p. 89).

Ribeiro (2016) explica que, pelo fato de a maior parte do patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, no caso brasileiro, se encontrar nas universidades, existe uma forte intersecção entre este tipo de patrimônio e o patrimônio cultural universitário, formando assim um significativo conjunto de bens em comum. No entanto, necessariamente não tratam, em sua totalidade, do mesmo tipo de patrimônio. Para a autora, essa grande presença do patrimônio de Ciência e Tecnologia no âmbito universitário se deve ao fato de, no Brasil, os cientistas estarem, majoritariamente, nas universidades federais. Por essa razão, a autora explica que:

O patrimônio universitário possui uma forte intersecção com o patrimônio de C&T, pois, nos dias atuais, as universidades são, por excelência, o locus da produção de ciência e tecnologia. Contudo, os contornos que delimitam os dois tipos de patrimônio cultural não são os mesmos. Por um lado, tem-se o fato de que nem todo o conhecimento científico foi/é produzido em universidades, existem outras instituições que também produzem ciência e tecnologia – como por exemplo, institutos de pesquisa, museus, escolas técnicas – ou mesmo instituições de ensino ou de preservação de memória que possuem relação com a produção de ciência e tecnologia, como os colégios que possuem laboratórios, ou os museus de ciência e

2 Tradução livre. Original, em espanhol: El patrimonio cultural universitario es, a nuestro juicio, el conjunto de bienes materiales e inmateriales que testimonian el rol de la Universidad como actividad humana. Resulta, por tanto, susceptible de contener señas tanto de su historia institucional particular, en algunos casos centenaria, como de procesos culturales, políticos y científicos sustantivos en la evolución histórica regional, nacional o mundial. Esta «Torre de Babel» halla su lógica y coherencia internas en la relación profunda que los bienes diversos hallan con la historia institucional y en esa una muy socorrida condición «dual», «fronteriza» si se prefiere, constantemente asociada a los valores patrimoniales universitarios (Torres, 2017).

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades:
a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

técnica. Por outro lado, nem só de produção de ciência vive a universidade. Quando se fala de patrimônio universitário estamos nos referindo a toda uma forma de viver que está calcada nas relações universitárias. [...] Há, portanto, uma diversidade de bens, materiais e imateriais, que representam a vida universitária: os rituais de defesas de trabalhos acadêmicos, as roupas das solenidades regimentais, as próprias cerimônias de formatura, o vasto conjunto documental produzido nesse contexto, entre outros (Ribeiro, 2016, p. 21).

O fato de a maior parte do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia brasileiro se encontrar no interior das universidades causa preocupação em alguns estudiosos da temática. Granato e Lourenço (2010) afirmam que, estando sob tutela universitária, são atualmente vulneráveis e enfrentam muitos desafios, uma vez que as instituições de ensino na maioria das vezes não reúnem as condições desejáveis de preservação. Nesse sentido Lourenço (2009) chama a atenção para a situação em que se encontra atualmente o patrimônio da ciência:

90% do patrimônio da ciência encontra-se em instituições que não possuem nem vocação, nem missão, nem orçamento, nem pessoal qualificado, nem, muitas vezes, sensibilidade para a sua preservação e divulgação. A esmagadora maioria das coleções, bibliotecas, arquivos e espaços edificados de relevância histórico-científica encontra-se dispersa por universidades, politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de investigação, hospitais, sociedades científicas. Este patrimônio, do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável (Lourenço, 2009, p. 47).

O patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, ou seja, “aqueles bens que participaram do cotidiano dos laboratórios de pesquisa do país e contribuíram para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil” (Granato; Ribeiro; Araújo, 2018, p. 12), “está, em sua grande maioria, para ser descoberto. [...] Encontram-se dispersos em centros de pesquisa, nas universidades, nas escolas técnicas e, em sua maioria, não têm seu valor reconhecido, [...] estão em situação de abandono, especialmente, nas universidades e institutos de pesquisa” (Granato; Lourenço, 2010, p. 12-13). Os autores constatam que a maior parte dos objetos de C&T anteriores ao século XX já se perdeu, já podem ter sido modernizados ou descartados, na maioria das vezes em prol de uma busca pelo instrumento ou aparato mais recente, mais atual (Granato; Lourenço, 2010, p. 10).

Essa questão leva necessariamente à discussão acerca dos modos pelos quais as universidades têm gerido seus respectivos patrimônios culturais, discussão esta que não pode deixar de levar em conta justamente o subfinanciamento pelo qual tem passado as universidades: ora, se as universidades vêm sofrendo cortes orçamentários nos últimos anos, não é difícil imaginar os reflexos destes cortes nas gestões destes patrimônios.

A tragédia ocorrida em 02 de setembro de 2018, em que o Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi destruído em virtude de um incêndio devastador, não só chamou a atenção da sociedade para a existência de um patrimônio cultural universitário e de sua importância, como deu visibilidade à fragilidade e aos inúmeros problemas vivenciados por um imensurável patrimônio espalhado pelas universidades brasileiras, problemas esses oriundos da ausência de políticas públicas e de ações institucionais.

Diante desses diversos problemas, Ribeiro (2016) chama a atenção para o risco iminente do desaparecimento desses bens culturais, apontando que “por serem portadores de referência à identidade, à cultura e à memória da ciência,

da tecnologia e do ensino superior no Brasil, deveriam ser acautelados e preservados para a posteridade, sob risco de perda dessas referências” (RIBEIRO, 2016, p. 35). Muitos dos bens protegidos assim se encontram em virtude de iniciativas individuais de pesquisadores, professores e servidores técnico-administrativos. Essas iniciativas muitas vezes ficam comprometidas e sofrem com a invisibilidade e a descontinuidade das ações.

O cenário, senão ideal, ao menos alentador, seria a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o patrimônio universitário. No entanto, o cenário atual é de uma quase que total ausência de políticas. Lira (2012) chama a atenção para essa realidade. De acordo com o autor:

é interessante observar como esse universo material e imaterial que constitui a universidade está quase sempre ausente das práticas de salvaguarda, [...] em que pouco ainda se avançou no reconhecimento, tombamento, ou registro dos legados e contributos culturais das universidades nas esferas oficiais de preservação do patrimônio (Lira, 2012, p. 27).

A ausência de políticas públicas implica na falta de investimentos, que resulta, conseqüentemente, na precarização ou na inexistência de ações de salvaguarda dos bens culturais. Ocorre que as universidades são responsáveis por seus bens. De acordo com Ribeiro (2016), atrelado ao problema da perda das referências acerca do nosso patrimônio cultural de C&T/universitário, está o problema da perda de bens públicos, pois, faz-se importante repetir: “os bens das universidades públicas, considerados ou não como bens culturais, são todos bens públicos, comprados e mantidos com recursos do contribuinte” (Ribeiro, 2016, p. 35).

No entanto, atualmente já é possível verificar, por parte de algumas universidades brasileiras, a existência de políticas institucionais referentes aos seus respectivos patrimônios culturais. Assim sendo, parto do entendimento de que, diante da inércia estatal no que se refere à formulação de políticas públicas com vistas aos patrimônios culturais das universidades, estas instituições não podem se furtar da tarefa de formulação de políticas e do desenvolvimento de ações institucionais no sentido de salvaguardar seus respectivos patrimônios.

Dentre as universidades que já apresentam ações institucionalizadas sobre o tema, vem sendo desenvolvido na UFPE um processo orgânico que visa a formulação e implementação de uma política institucional com vistas à preservação e valorização do patrimônio cultural universitário, de forma a possibilitar que as ações de salvaguarda deste patrimônio estejam presentes na formulação da agenda e no cotidiano da universidade.

Em 2003, a UFPE fez, pela primeira vez em um documento oficial da instituição, referência ao seu patrimônio cultural, quando inseriu no Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2003-2013), como tópico estratégico da extensão universitária, “desenvolver e preservar o patrimônio científico e cultural da instituição” (UFPE, 2003). Esta inserção deixava claro naquele momento que já havia no interior da universidade preocupações e discussões a respeito da temática patrimonial, e mostrou-se importante pelo pioneirismo, pois a partir deste documento a comunidade universitária, principalmente aqueles que lidam diretamente com o tema, passou a vislumbrar a possibilidade de se ter uma institucionalidade na UFPE em favor do patrimônio cultural.

No ano de 2010 é aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. Este Plano determina como um dos princípios institucionais

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades: a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

a UFPE enquanto lugar de preservação e disseminação da cultura e traz como uma de suas diretrizes “criar um espaço dedicado à preservação e promoção do patrimônio cultural e científico (Museu da UFPE)” (UFPE, 2010). Tal iniciativa (Museu da UFPE) não prospera, porém o ponto positivo a considerar é que a temática patrimonial continua presente nas discussões dos agentes responsáveis pela elaboração e aprovação dos documentos que refletem o planejamento e a gestão estratégica da universidade.

Em 2013 o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027 da Universidade é aprovado tendo como um dos objetivos estratégicos “implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura”. Além deste objetivo estratégico, este documento revela-se de extrema importância para a nossa temática uma vez que afirma textualmente a responsabilidade da UFPE para com a preservação de seu patrimônio cultural e a necessidade de sua proteção:

A cultura e a memória também têm se constituído em referência para a UFPE. A nossa instituição é responsável pela preservação de acervos históricos, artísticos e científicos de imenso valor e temos de protegê-los adequadamente. E somos também produtores de novas experiências culturais, artísticas e científicas, que necessitam ser difundidas na sociedade (UFPE, 2013).

A partir de então, podemos considerar que a UFPE, ao assumir a responsabilidade por seu patrimônio cultural e determinar como objetivo estratégico a implantação de uma política institucional para o campo da cultura, institucionaliza, traz um novo olhar para o patrimônio cultural da/na universidade e, não somente isso, em grande medida se compromete, traz para si a obrigação institucional de efetivar políticas e ações de preservação de seu patrimônio cultural.

Em 2015, com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, a UFPE toma a iniciativa, com vistas a atingir o objetivo estratégico de implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura, de criar um Sistema Integrado de Cultura, que funcionaria como “uma unidade de assessoramento, responsável pela coordenação e acompanhamento da execução da política institucional de cultura no âmbito interno e externo da UFPE” (UFPE, 2015).

Na prática, o Sistema Integrado de Cultura não logrou êxito, e seu funcionamento não foi adiante. No entanto, as iniciativas na direção de se implementar uma política cultural na UFPE não se esgotaram aí. O novo direcionamento dado tanto pelo PEI 2013-2027 quanto pelo PDI 2014-2018 no sentido de implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura resultou em uma importante mudança no âmbito da administração da universidade: a alteração da nomenclatura da Pró-reitoria de Extensão, que passou a se chamar Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Em meu entender, a alteração do nome da Pró-reitoria, com a inclusão do termo Cultura, é de suma importância uma vez que, conforme Bourdieu (2004), “as palavras fazem as coisas, e mudar as palavras e, em termos gerais, as representações, já é mudar as coisas [...]. O poder de nomeação constituinte, ao nomear, faz existir” (Bourdieu, 2004, 72-73). Ou seja, a aparente simples inclusão do termo Cultura no nome da Pró-reitoria é, mais que isso e, sobretudo, a intenção da Administração da universidade em afirmar à sociedade que a Cultura existe na UFPE não somente em sua dimensão prática, mas também em dimensão institucional.

Em 2018, são publicadas as novas versões do Estatuto e do Regimento Geral da UFPE. Quando comparados às antigas versões, esses novos documen-

tos trazem importantes inovações no que se refere à cultura e ao patrimônio cultural. Por exemplo, na versão anterior do Estatuto (UFPE, 1975), a Universidade partia de uma concepção de que uma de suas finalidades deveria ser a de difundir a cultura e, assim, elevar o nível cultural da sociedade (UFPE, 1975). Ora, se a finalidade é de elevar o nível cultural da sociedade, a Universidade arrogava para si uma cultura superior. Neste sentido, a nova versão do Estatuto é importante, pois indica a ruptura com tal concepção elitista, indicando que a UFPE obedecerá agora ao princípio da “valorização da cultura e das manifestações artísticas e populares” (UFPE, 2018), tendo por finalidade, dentre outras, “estimular a troca de saberes e práticas culturais na comunidade acadêmica e com os diversos segmentos da sociedade” (UFPE, 2018).

Juntamente à publicação do novo estatuto, foi publicado também o novo regimento da UFPE. Este documento traz a seguinte concepção do que seja e qual o papel da cultura na universidade, trazendo de forma mais específica a questão do patrimônio cultural:

Art. 97. A cultura na Universidade, entendida como expressões artísticas e como preservação do patrimônio artístico-cultural, promoverá ações de fomento, de reconhecimento e de divulgação das iniciativas produzidas pelos diversos agentes culturais, especialmente aqueles diretamente vinculados à instituição, com o objetivo de suscitar oportunidades de incremento artístico-cultural, enfocando prioritariamente o desenvolvimento humano e social (UFPE, 2018b).

No novo regimento a temática “patrimônio cultural universitário” recebe uma atenção especial, com um capítulo específico referente aos Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte. No meu entendimento, a inserção da temática patrimonial no Regimento Geral por si só sinaliza uma orientação da comunidade universitária no sentido de privilegiar, de conferir importância ao patrimônio cultural da universidade, uma vez que o regimento se configura em um dos mais importantes documentos que regem as atividades universitárias. De acordo com o Regimento Geral da UFPE:

Art. 100. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade são ambientes acadêmicos destinados à realização de processos sistemáticos para a construção do conhecimento, da educação e da interação com a sociedade.
Parágrafo único. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão e compartilharão o conhecimento gerado com a sociedade (UFPE, 2018b).

De início, já se percebe que o documento se preocupa em definir os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte como ambientes acadêmicos, que devem servir não somente como equipamentos de salvaguarda do patrimônio cultural da universidade, mas como infraestrutura às atividades inerentes à prática universitária, uma vez que “os objectos são simultaneamente fontes e resultados do processo de produção do conhecimento, sendo assim essenciais à teoria e prática científica, nomeadamente à medição, à comparação, à observação, à experimentação e, naturalmente, ao ensino” (Lourenço, 2013, p. 2).

Segundo Ribeiro (2013), os museus e acervos universitários têm passado por uma mudança sistemática, num processo em que deixaram de ser “a fonte privilegiada de dados/espécimes/exemplares/amostras para a pesquisa e passaram a receber valor cultural” (Ribeiro, 2013, p. 95), acarretando, no contex-

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades: a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

to da administração interna das universidades, “na desvalorização dos acervos e museus universitários, relacionada à sua pouca funcionalidade no âmbito da pesquisa científica” Essa desvalorização se dá em virtude de que “os museus universitários, atualmente, não costumam gerar capital científico e, por este motivo não recebem suficiente valorização no ambiente institucional universitário” (Ribeiro, 2013, p. 96).

Dessa forma, o fato de os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE serem concebidos como ambientes acadêmicos destinados à realização de processos sistemáticos para a construção do conhecimento, da educação e da interação com a sociedade, através do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, pressupõe, em meu entendimento, uma estratégia de valorização desses equipamentos uma vez que, ao integrarem suas atividades – de valor cultural – às atividades fins da universidade – de ensino, pesquisa e extensão, leva, necessariamente, a uma legitimação institucional.

Nesse movimento de institucionalização e legitimação do patrimônio cultural universitário, uma importante iniciativa foi a aprovação, no Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), da Resolução nº 10, de 19 de outubro de 2018, que tem por objetivo disciplinar o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte (MCVGA) vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Para tanto, considera que a UFPE já possui um rico patrimônio cultural formado por um conjunto de museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte, os quais carecem de disciplinamento, que lhes permita otimizar as suas atividades, aumentando a sua contribuição ao desenvolvimento cultural, educacional e técnico-científico, e à formação de profissionais com sólidos conhecimentos nas diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão (UFPE, 2018c).

Nesse sentido, tal Resolução vincula esses equipamentos e suas atividades à gestão da Universidade, obrigando-a a garantir as condições necessárias para o funcionamento daqueles, como exposto no parágrafo único do Art. 2º e no parágrafo único do Art. 9º da Resolução em tela:

A manutenção, proteção, apoio, segurança e fornecimento de condições técnicas adequadas ao funcionamento e preservação dos museus, coleções visitáveis e galerias de arte, integra o conjunto de obrigações institucionais inerentes à gestão da Universidade [...]

Caberá aos Centros Acadêmicos, Departamentos, Órgãos Suplementares, ou Pró-Reitorias aos quais cada MCVGA esteja vinculado, o provimento e a manutenção das condições de infraestrutura para o seu bom funcionamento (UFPE, 2018c).

Outra inovação trazida pela Resolução 10/2018 foi a previsão de implementação e institucionalização da Rede de Museus da UFPE, que teria o objetivo de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos museus, coleções visitáveis e galerias de arte da UFPE. A Rede de Museus da UFPE deveria ser um órgão colegiado, composto por todos os museus, coleções visitáveis e galerias de arte, devidamente registrados pela UFPE (UFPE, 2018c).

Em 14 de fevereiro de 2022 foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a Resolução nº 07/2022, que Institucionaliza a Rede de Museus da Universidade Federal de Pernambuco disciplinando o seu funcionamento. A Rede de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseada na adesão voluntária, e hoje conta com 15 instituições voltadas para a preservação do patrimônio cultural da Universidade. São elas:

- Acervo da Faculdade de Direito do Recife;
- CEDOC – Centro de Documentação e Pesquisa da TV Universitária;
- Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis;
- Coleção de Ossos Humanos Contemporâneos;
- Coleção Geológica Estrutural;
- Galeria Capibaribe;
- Herbário UFP;
- Herbário URM;
- Memorial Denis Bernardes;
- Museu da História da Topografia e da Cartografia;
- Museu de Anatomia e Evolução Animal;
- Museu de Ciências Nucleares;
- Museu de Minerais e Rochas;
- Museu de Zoologia; e
- Museu do Centro Cultural Benfica.

A Rede de Museus foi pensada e criada visando a coordenação, a articulação, a mediação, a qualificação e a cooperação de suas instituições museológicas, fortalecendo as ações de preservação do patrimônio cultural da Universidade desenvolvidas por estas instituições. Nesse sentido, destacamos, dentre outros, alguns objetivos da Rede de Museus da UFPE:

- apoiar tecnicamente os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE, elaborando pareceres e relatórios sobre questões relativas às ações museológicas;
- indicar padrões e procedimentos adequados na promoção e execução de programas, projetos e atividades museológicas que preservem e valorizem o patrimônio cultural da UFPE;
- identificar oportunidades de fontes de financiamento e/ou parcerias para projetos da Rede de Museus, bem como auxiliar na elaboração e submissão de projetos, programas e ações integrados em editais de fomento e outras fontes de financiamento;
- pleitear à Administração Superior a alocação de recursos humanos qualificados necessários para o adequado funcionamento dos espaços museológicos da Rede de Museus da UFPE;
- contribuir na formulação de políticas institucionais de aquisição e descarte de bens móveis com valor cultural não musealizados no âmbito da UFPE;
- estimular e apoiar a formulação de políticas institucionais de aquisição e descarte para os espaços museológicos da Rede de Museus da UFPE;
- apoiar os membros da Rede a elaborar seus planos museológicos ou programas (institucionais, de acervos, de exposições, educativos e culturais, de pesquisa, de segurança, de financiamento e fomento, de comunicação e de acessibilidade);
- propor uma política de gerenciamento de risco para os membros da Rede de Museus da UFPE.

Entendemos que tais objetivos, se alcançados, levarão a preservação do patrimônio cultural da UFPE a um outro patamar. No entanto, percebemos que os próprios objetivos nos levam à formulação de novas políticas (de aquisição e descarte, de gerenciamento de risco etc.). Nesse sentido, o trabalho é contínuo

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades: a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

e crescente, e demanda engajamento dos diversos agentes que atuam na Universidade e que, atualmente, sequer têm conhecimento da existência de tão rico patrimônio.

Consideração Finais

Enumerar os espaços que hoje integram a Rede de Museus da UFPE, espaços estes que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento, nos permite refletir sobre a dimensão do universo que é o Patrimônio Cultural Universitário. O quantitativo de 15 equipamentos por si só já é de suma importância, pois nos mostra uma fotografia da quantidade e qualidade dos bens que hoje estão preservados, senão nas condições adequadas, nas condições possíveis.

A luta pela preservação não deve se concentrar apenas nos bens que já estão musealizados (para estes a batalha é para melhorar as condições de preservação), é, sobretudo, para conseguirmos preservar os bens que não estão musealizados e estão espalhados pelos mais diversos espaços da Universidade (salas, depósitos, arquivos etc).

É importante salientar que neste *paper* destacamos tão somente algumas iniciativas que interferiram ou sofreram interferência da Administração Central da UFPE, tentando indicar quais foram àquelas iniciativas que apontaram e apontam para a institucionalização da temática do patrimônio cultural universitário e a consequente responsabilização da Universidade pelo seu patrimônio e pela formulação e implementação de políticas institucionais que o preserve e o valorize.

No entanto, toda essa recente trajetória da UFPE acumula uma série de iniciativas de diversos e diferentes agentes no interior da Universidade. Professores, técnico-administrativos, pesquisadores, discentes, comunidade externa, contribuem incansavelmente para a preservação de inúmeros bens que muitas vezes são invisíveis aos olhos da própria instituição e que, justamente por tal invisibilidade, talvez sejam os que mais precisem de uma política institucional que os protejam.

Mesmo com todo o exposto aqui neste *paper*, o trabalho na UFPE está somente no início. O patrimônio cultural universitário é um campo fértil a ser explorado. É uma luta árdua, cotidiana, porém necessária.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Coisa Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRANATO, Marcus. RIBEIRO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas patrimoniais e a preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. *Informação & Informação* (Online), v. 23, p. 202-22, 2018. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/30997/pdf. Acesso em 10 fev 24.

GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta. O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal: uma introdução. In: GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta. *Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro, MAST, 2010, pp.7-14. Disponível em 2010_colecoes_cientificas_luso-brasileiras.pdf (mctic.gov.br). Acesso em 13 mar 24.

LIRA, José Tavares Correia de. O patrimônio universitário e os estudantes. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). *História e cultura estudantil: revistas na USP*. São Paulo: Edusp; CPC, 2012.

LOURENÇO, Marta. Coleções Científicas como Infra-Estrutura de Investigação. In *Informação ICOM*.PT. Série II, nº 20, Mar-Maio 13. Lisboa: ICOM Portugal, 2013. Disponível em Microsoft Word - info II-20_Mar-Maio13.doc (icom-portugal.org). Acesso em 11 fev 24.

LOURENÇO, Marta C. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas universidades portuguesas: breve panorama no contexto europeu. In: GRANATO, Marcus. RANGEL, Márcio F. *Cultura Material e Patrimônio de C&T*. Museu de Artes e Ciências Afins – MAST: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em Artigo Marta Loureno (mast.br). Acesso em 10 fev 24.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. *A universidade e seus bens culturais: a política de valorização do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco*. Tese (doutorado). Orientadora: Maria do Socorro Sousa de Araujo. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2020. Disponível em Plataforma Sucupira (capes.gov.br). Acesso em 20 mar 24.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Responsabilidade civil do estado sobre o patrimônio cultural de ciência e tecnologia e o patrimônio universitário: análise crítica frente à gestão realizada pela Universidade Federal de Pernambuco*. Recife: UNICAP, 2016. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Católica de Pernambuco, CCJ, 2016.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.II, nº4, mai/jun 2013, pp. 88 – 102. Disponível em: Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão | *Museologia & Interdisciplinaridade* (unb.br). Acesso em 13 fev 24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. OLIVEIRA, João Marcos Veiga de. SÜSSEKIND, Maria Luiza. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos para ANPEd/Brasil. *Rev. Bras. Educ.* vol.24: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100400. Acesso em 13 mar 24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Exposição na III Conferência Regional de Educacionais Superior celebrada na Universidade Nacional de Córdoba: Córdoba, 2018. In: [Entrevista concedida] Javier Lorca. *Revista IHU on-line*, São Leopoldo-RS, 16 Junho 2018. Disponível em Boaventura de Sousa Santos destrincha o assédio neoliberal às universidades - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesso em 12 abr 24.

TORRES, Claudia Felipe. Hacia Una Concepción Integral Del Patrimonio Universitario: el caso de la Universidad de La Habana. In: GRANATO, Marcus. RIBEIRO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. (Orgs.). *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: 2017. pp. 49-82. Disponível em GRANATO_RIBEIRO_ARAUJO_caderno_04_WEB_2017 (mast.br). Acesso em 09 mar 24.

A necessidade de políticas institucionais para o patrimônio cultural das universidades:
a trajetória da Universidade Federal de Pernambuco em busca de uma política efetiva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo*. Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo – Casa de Dona Yayá: São Paulo: 2017. Disponível em [Carta_Patrimonial.pdf \(usp.br\)](#). Acesso 10 mar 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco. *B.O. UFPE*, n° 2 esp., de 23 de abril de 1975. Recife: UFPE, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco. *B. O. UFPE*, Recife V. 53 N° 092 Especial. Págs. 1-29. 29 de Outubro de 2018. Recife: UFPE, 2018. Disponível em [PORTARIA DE PESSOAL N° 2237/2004 \(ufpe.br\)](#). Acesso em 18 fev 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Planejamento Estratégico da UFPE: Visão, Missão, Valores, Objetivos e Tópicos Estratégicos. GAPE Grupo de Apoio ao Planejamento Estratégico da UFPE. Recife: UFPE, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Planejamento Estratégico Institucional 2013-2027 – UFPE. Recife: UFPE, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013. Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16/12/2010. Recife: UFPE, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018. Aprovado na reunião do Conselho de Administração no dia 09/02/2015. Recife: UFPE, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco. *B. O. UFPE*, Recife V. 53 N° 092 Especial. Págs. 29-59. 29 de Outubro de 2018. Recife: UFPE, 2018b. Disponível em [PORTARIA DE PESSOAL N° 2237/2004 \(ufpe.br\)](#). Acesso em 18 fev 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Resolução n° 10, de 19 de outubro de 2018. Disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. *B. O. UFPE*, Recife V. 53 N° 089 Especial PÁG. 01 – 04, 24 de outubro de 2018. Recife: UFPE, 2018c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Resolução n° 07, de 15 de fevereiro de 2022. Institucionaliza a Rede de Museus da Universidade Federal de Pernambuco, disciplinando o seu funcionamento. *B.O. UFPE*, Recife, 57 (boletim de serviço): 1 - 74 15 de fevereiro de 2022.

Recebido em abril de 2024.
Aprovado em setembro de 2024.